



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 10/2021

----- Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Luís Filipe Santana Dias, estando presentes os Vereadores, João António Lopes Cando, Miguel Filipe da Silva Santos, Maria Leonor Magalhães Fragoso, Daniel Alexandre Pulquério Pinto, Vera Alexandra da Costa Simões e Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS** -----

----- Não foram registadas faltas dos membros da Câmara. -----

----- Pelas onze horas, verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 7/2021, referente à reunião ordinária de nove de abril de dois mil e vinte e um. -----

----- Aprovada a ata nº 7/2021, por unanimidade dos presentes com direito a voto (sete presenças). -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 8/2021, referente à reunião ordinária de dezanove de abril de dois mil e vinte e um. -----

----- Aprovada a ata nº 8/2021, por unanimidade dos presentes com direito a voto (sete presenças), com as alterações apresentadas pela Vereadora, Ana Figueiredo. -----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Quatro milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Duzentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e dezanove euros e vinte e três cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- Não foram presentes assuntos para conhecimento. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo-se ao Covid-19, dizendo que em Rio Maior existiam cerca de onze casos ativos, e que também já tinha sido publicada a nova RCM “Resolução de Conselho de Ministros” nº 64/A, acrescentando que Rio Maior estava a conseguir manter os níveis, dizendo que se estavam a cumprir os objetivos, questionado o Executivo sobre qual a percentagem de pessoas vacinadas e como estava a decorrer esse processo. -----

----- Questionou também o Executivo sobre o ponto de situação das obras de requalificação da Estrada Nacional 114, nomeadamente o seu alargamento e a construção de ciclovias que irão valorizar a cidade de Rio Maior. -----

----- Continuou com o tema das ciclovias, dizendo que já tinha sido referido há meses a questão da falta de ligação entre as ciclovias em Rio Maior, bem como a degradação que algumas dessas ciclovias apresentam. -----

----- Terminou, referindo-se à construção da rotunda na Av. Paulo VI, dizendo que estava previsto que a duração dos trabalhos seria de cerca de dois meses, pelo que questionou o Executivo se os trabalhos iriam ser realizados dentro do tempo previsto. -

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção reportando-se à separação da taxa dos resíduos da fatura da água, afirmando que os municípios têm até ao ano de dois mil e vinte e seis para o fazerem, um processo que já arrancou em algumas Câmaras Municipais e que terá vantagens claras para as famílias, mas custos acrescidos para os municípios na implementação de um novo sistema. Disse ainda que os objetivos estão previstos no Regime Geral da Gestão de Resíduos, um Decreto-Lei que transpõem normas europeias e que estabelece regras de reciclagem, prevendo que os municípios separem a taxa de resíduos da conta da água, a partir de julho deste ano, tendo cinco anos para se adaptarem a esta nova modalidade de funcionamento, que tem por base o conceito do utilizador/pagador, em que, cada agregado, pagará consoante o lixo que produzir, o que significa que quem mais recicla, menos paga, o que vai também exigir das autarquias, responsáveis pela recolha, uma onerosa conversão dos atuais sistemas, para outros tecnologicamente mais evoluídos e complexos.-----

----- Ainda sobre esta matéria deu o exemplo do município da Maia, distrito do Porto que já está a ensaiar um programa experimental “Recicle mais – Pague menos” que

prevê que cerca de dez mil pessoas deixem de pagar os resíduos que reciclam, num processo que se estenderá a todo o concelho, até dois mil e vinte e três. Aditou que até final do corrente ano, os agregados familiares envolvidos pagarão a fatura, como até aqui, mas terão acesso a uma outra que traduz o nível de reciclagem feito e o que poupariam com o novo sistema, mas só no próximo ano serão recompensados na fatura, por reciclarem mais. Também o município de Óbidos iniciou um projeto piloto em dois mil e nove, que se prolongou durante alguns anos, apenas circunscrito a uma determinada zona, contudo, a Câmara Municipal informou recentemente que pretende apresentar uma candidatura ao Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência nos Recursos, para assim alargar o projeto a todo o município.-----

----- Finalizou este assunto questionando se a Câmara Municipal de Rio Maior já tinha tomado alguma iniciativa no sentido de haver um custo mais reduzido para as famílias.-

----- Continuou a intervenção referindo que tivera conhecimento através de uma notícia publicada no “Mirante” que a Câmara Municipal vai realizar uma intervenção no edifício do Tribunal de Rio Maior, e que, de acordo com a notícia publicada na Comunicação Social, a Câmara Municipal vai realizar o projeto e o Ministério da Justiça realizará as obras, em contrapartida, o município utilizará as antigas salas da Conservatória, questionou a propósito, se já tinha sido presente a Reunião de Câmara o acordo com o Ministério da Justiça e qual o seu teor. Recordou que já tinha abordado este assunto, considerando que se trata de uma zona nobre da cidade e considera muito importante ter uma visão clara sobre a utilização daquele espaço e que obras se vão fazer. Sugeriu que poderia ser feita a interligação com o antigo edifício da Rodoviária, onde, segundo informação do Sr. Presidente, estava previsto instalar serviços da área social, proposta com a qual não concorda, por considerar que estes edifícios de excelência arquitetónica, deviam estar ao serviço da comunidade e de todos aqueles que visitam a cidade numa lógica de dinamização cultural e turística, fomentando novos pontos de atração turística e cultural.-----

----- Reportou-se também ao Dia Internacional dos Museus e disse que tem transmitido a sua mágoa por Rio Maior ser dos poucos concelhos, a nível nacional, que não tem um museu municipal gerido pela Câmara Municipal e que seja, em simultâneo, um espaço próprio de apresentação e de síntese da história económica e social. Referiu ainda que apesar de haver alguns pontos de exposição, como a Casa Senhorial D. Miguel, que poderá evoluir nesse sentido, tem dúvidas que este seja o espaço mais indicado, porque se trata de um espaço que tem algumas limitações físicas, ousando pensar num espaço com outras características e de maior dimensão, opinando que, do ponto de vista ético, cultural e político, faria todo o sentido pensar num museu municipal a instalar num edifício existente ou a construir de raiz e que pudesse honrar a memória do concelho e

apresentar toda a sua riqueza patrimonial, histórica, cultural, política, social e educativa, como existe um pouco por todo o País, dando o exemplo da cidade de Guimarães, com a “Casa da Memória”. Referiu ainda o Museu Rural e Etnográfico de São João da Ribeira, o Museu Rural de Azambujeira e o Museu da Miniatura Automóvel.-----

----- Seguidamente parabenizou a Câmara Municipal pela realização dos vídeos do “25 de Abril”. Também parabenizou a Associação “A Beleza das Pequenas Coisas”, um espaço de teatro dinamizado por Rui Germano e a sua equipa, que, de forma muito corajosa e visionária decidiram abrir aquele espaço, salientando que a Câmara tem apoiado este projeto que tem fortes possibilidades de progressão.-----

----- Ainda no uso da palavra disse que reparara que algumas placas da toponímia em pedra estão a ser substituídas por placas de alumínio e pensara que isso estava a ser feito de forma aleatória e que não houvesse um programa de substituição de placas de pedra por placas em alumínio, questionando se todas as placas da cidade e do concelho vão ser substituídas, referindo que tinha algumas reservas e dúvidas sobre essa ideia, embora se esteja no domínio do subjetivo, do “gosto”, em que cada um tem a sua opinião, mas prefere as placas de pedra, tanto mais que o concelho de Rio Maior tem uma forte incidência da indústria extrativa e de transformação das pedras, sendo o “cluster” da pedra da maior importância para o concelho, com a criação de riqueza e de postos de trabalho, alimentando muitas famílias. Opinou que, se há concelhos em que as placas não deveriam ser de alumínio, mas de pedra trabalhada, deveria ser em Rio Maior. Aditou que, conjugando todos estes fatores, isso poderia ser também uma estratégia de valorização do turismo industrial, porque os espaços que exploram e transformam estes recursos minerais e de geologia, deveriam ser valorizados, numa lógica de cultura e de turismo industrial,, que pode e deve ser um caminho para o concelho de Rio Maior, incluindo também, ao nível da educação, novas ofertas formativas de cursos relacionados com a tecnologia dos recursos minerais, em estreita parceria com a Escola Profissional de Rio Maior e com as Associações Empresariais, o que nunca aconteceu, mas que permitiria desenvolver o referido “cluster”.-----

-----Terminou a intervenção recordando que houve uma manifestação de interesse da parte do Executivo de retomar a implementação do prémio de “Sport Cartoon – António Maia” que ficou estagnado há doze anos. Disse que este riomaiorense é um dos maiores cartoonistas de Portugal e com o eixo estratégico do Desporto, também havia espaço para desenvolver este “cluster”.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por informar que desde o dia vinte e um de maio que se considera desfilhada do partido CDS-PP.-----

----- Seguidamente deu conhecimento que no dia vinte e um de maio, decidira fazer a Rota dos Candeeiros, e referiu que na divulgação feita pelo município, bem como a informação dada numa reunião pelo Vereador Daniel Santos quando aludiu à Rota dos Candeeiros e aos Caminhos de Fátima, o percurso era de cerca cinquenta quilómetros e que o mesmo já tinha sido divulgado, salvo erro, em 14 de janeiro, através da Rádio Renascença, no entanto verificaram que isso não correspondia à realidade. Disse que ao saírem da zona das piscinas verificaram que a sinalização está presente ao redor da cidade e na área envolvente, também existe ao longo das aldeias e caminhos, permitindo que o grupo se oriente, contudo, a questão da distância perdeu-se quando constataram que depois de muito andarem no concelho, viram uma placa que tinha 48,5 Kms, o que dava a ideia de que não se tinha saído do mesmo local. -----

----- Disse ainda que este grupo era constituído por pessoas dos dezassete, aos setenta e dois anos, e de entre alguns vizinhos caminheiros, havia quem dissesse, em tom de brincadeira, que esta Rota gostava muito do concelho de Rio Maior e que não deixava sair do concelho, apesar do intuito destas rotas se prender com o facto de, cada vez mais, ser usual e procurado os designados caminhos pela natureza, sendo também certo que caminhando pela natureza também é possível propiciar aos caminheiros a visita dos lugares por onde vai passando, sejam eles de paisagem natural, como é o caso em que se passa por vários locais de interesse geológico, e, ainda, de paisagem humanizada, com a mostra das referencias históricas do concelho, como é o caso em redor de Alcobertas. -----

----- Disse ainda que a partir da transição para o concelho de Porto de Mós começou a escassear a sinalização, e, considerando a existência de muitos cruzamentos e caminhos de pé posto, nem sempre era possível, decidir qual o caminho a seguir porque as placas não se encontravam nas proximidades do local que se pretendia seguir e também pela inexistência de um roteiro marcado e frequente. Socorreram-se do *JPS* para continuarem a caminhada dado que a mesma foi feita de noite. Disse também que, se estes caminhos da natureza são cada vez mais procurados e têm o intuito de fruição da paisagem natural e de contacto com a natureza, também é certo que em Portugal a tradição de peregrinos é muito grande e quem decide ir a Fátima em peregrinação, o intuito é fazer o menor número de quilómetros possível e chegar o mais rápido possível, encontrando-se dois grandes grupos de frequentadores deste tipo de trilhos. -----

----- Continuou a intervenção referindo que quando chegou a Rio Maior foi pesquisar no site do turismo da Câmara Municipal e a descrição que constava, tal como estava previsto inicialmente, é feita por etapas, com a indicação de onde dormir e comer, mas a distância é de sessenta e três quilómetros e trezentos metros, o que a andar não é a mesma coisa.-----

----- Ainda sobre este assunto considerou que, sem ferir a paisagem visual, devia ser disponibilizada alguma informação às pessoas e assim dar-lhes a oportunidade de escolher o caminho para Fátima ou se quer caminhar por outros caminhos e usufruir da natureza. Disse que muitos dos peregrinos seguem as placas que se encontram no terreno, dado que muitos não consultam o site do Turismo, sendo certo que também não conseguira abrir os anexos do mesmo. Assim, solicitou, caso fosse possível, que estas duas situações fossem verificadas.-----

----- Continuou a intervenção reportando-se ao Edifício do Tribunal de Rio Maior e sugeriu a possibilidade de utilizar este espaço para a instalação da Fundação António Quadros, uma vez que Rio Maior é sede de uma Fundação cujo Homem deu muito ao País, que nem sempre foi compreendido, diga-se, o grande responsável pela cultura do Estado Novo, por levar Portugal “fora de portas”, e, curiosamente, o *enfant terrible* do grupo de Oliveira Salazar, contestava o sistema, mas conseguia, pelas suas capacidades e pela sua visão, levar os seus projetos avante. -----

----- Finalizou a intervenção referindo ainda que a Fundação António Quadros que se encontra sediada no concelho, e, como já referira várias vezes, tem falta de espaço e tem até recusado alguns acervos, por esta razão, poder-se-ia utilizar aquelas instalações dando dignidade à Fundação, e, porque não, uma obra do Estado Novo, o Tribunal, ser albergue da citada Fundação.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Iniciou o período de resposta às questões levantadas pelos Senhores Vereadores, começando por agradecer as palavras proferidas pela Vereadora Vera Simões, afirmando que, embora Rio Maior esteja no bom caminho relativamente à Pandemia, todos terão de continuar atentos, porque, com onze casos, numa situação normal, o concelho teria um decréscimo de casos, contudo, considerando que os casos que surgiram na mesma altura, foram na sua maioria, de jovens adolescentes, terá de se aguardar a respetiva evolução. Disse ainda que continuam a colaborar com as autoridades de Saúde no sentido de manterem a testagem e proporcionar-lhes as melhores condições para assim continuarem a fazer um bom trabalho.-----

----- Ainda sobre o Covid-19 informou que os últimos dados oficiais sobre a vacinação reportam-se a dez de maio, assim, nesta data, todos os utentes de Lares já estavam vacinados com a primeira dose, e cinquenta por cento, já com as duas doses. Na comunidade há oito mil novecentos e sessenta e oito vacinados, mais os mil e sessenta e um utentes dos Lares, havendo também duas mil trezentas e sessenta e duas pessoas já recuperadas. A percentagem de vacinação a dez de maio, é de 42,70%, face ao número de habitantes do concelho, contudo, tendo em conta que estão a ser vacinadas centenas de pessoas por dia, os números já estão ultrapassados.-----

----- Aditou que o concelho está com um avanço na vacinação de cerca de três a quatro semanas, comparativamente, com o resto do País. Recordou o pedido feito ao Senhor Primeiro Ministro, na sequência do qual, conseguiram mais mil dozes de vacinas para Rio Maior, o que permitiu o avanço no processo de vacinação. Assim, a imunidade no concelho, situa-se nos cerca de cinquenta e quatro por cento, incluindo recuperados e vacinados, contudo há que ter em atenção os raros casos de reinfeção que poderão surgir.-----

----- Relativamente à Ciclovia referiu que o troço mais degradado será provavelmente entre as Piscinas e as Marinhas do Sal que precisa de repavimentação e pintura, estando os Serviços a fazer esse levantamento. Em todas as outras é necessário fazer a repintura.-----

----- Quanto à requalificação da E.N.114 referiu que a empresa que está a fazer o projeto num dos últimos contactos que fizera com a Câmara Municipal fora no sentido de obter apoio na escolha dos abrigos de passageiros para os transportes públicos. Disse ainda que o projeto já estará em fase final de conclusão. Aditou que nos contactos com a Infraestruturas de Portugal, de Santarém, fora informado de que iriam abrir o procedimento concursal ainda no decorrer deste ano. Recordou também um acordo existente em que a Câmara Municipal é a responsável pelo plano de expropriações para o traçado poder ser implementado, mas ainda não o receberam formalmente, apesar da insistência feita. Opinou que esta responsabilidade permitirá mais facilmente o acordo com os proprietários, através da negociação e menos pela fria figura da expropriação. Informou ainda que a Câmara Municipal solicitou para ser incluído neste projeto a execução de uma outra conduta principal de abastecimento de água à cidade, a executar em conjunto com a obra que vai decorrer, considerando as fragilidades da conduta existente.-----

----- Ainda no uso da palavra e sobre a rotunda da Av. Paulo VI informou que o prazo da empreitada são sessenta dias, prazo este que vai ser antecipado para os quarenta e cinco dias, considerando o avanço das obras.-----

----- Seguidamente dirigiu-se ao Vereador Daniel Pinto, referindo que a gestão de resíduos, a reciclagem, o método de recolha e processamento, em conjunto com a gestão da água e atualização das tarifas, será um desafio que vai trazer às populações, de uma forma geral, custos imensamente acrescidos, até porque a Taxa Geral de Resíduos duplica, com o que não concordava, enquanto representante dos riomaiorenses, contudo, enquanto cidadão considera que este é o caminho, para tornar o sistema eficaz. Disse que o primeiro desafio a ultrapassar e o grande investimento da Câmara Municipal é a separação de bioresíduos, em que vai ser obrigatório ter a recolha separada para posterior compostagem. As reuniões técnicas de preparação já se

iniciaram, quer na CMRM, quer na CIM, que é servida por dois sistemas de recolha de resíduo. Apontou o ano de dois mil e vinte e dois como o ano de viragem para iniciar o processo de separação de bioresíduos, quer na questão de projetar a fatura da água com o cenário da separação dos resíduos para assim se verificar o que os munícipes poupavam, o que, na sua opinião, é altamente pedagógico e deve ser um estímulo de futuro. Opinou que ao serem atribuídos benefícios isso deve ser regulamentado de imediato para que as pessoas possam usufruir desses benefícios.-----

----- Quanto ao edifício do Tribunal informou não haver um compromisso formal sobre a recuperação deste património e numa reunião em que participara já como Presidente da Câmara, transmitira que a Câmara mantinha o interesse nessa recuperação e estavam disponíveis para analisar um protocolo que, na sua opinião, tem uma fragilidade, dado que perspectiva que a Câmara tenha uma renda fixa mensal relativa ao espaço da antiga Conservatória, Registos e Notariado, renda essa que seria abatida até perfazer o valor do custo do projeto, passando depois a efetivar-se o pagamento dessa renda. Disse que, apesar de ser um edifício central, vão tentar reduzir esse custo para o município. Referiu ainda que este protocolo, caso se venha a concretizar, será sempre presente a reunião de Câmara e esclareceu que ainda não está perspectivada qual a utilização a dar ao espaço.-----

----- Sobre o edifício da antiga Rodoviária considerou o mesmo normal ao nível arquitetónico, mas era apenas a sua opinião pessoal e subjetiva.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- De novo no uso da palavra disse que o conceito de beleza arquitetónica, apesar de estar parametrizado, é suscetível e passível de interpretações várias porque também depende daquilo que se pretende fazer no edifício e como se pretende requalificar o mesmo.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Continuou a intervenção referindo que, precisamente por ser um conceito subjetivo, pensa que, arquitetonicamente, não é um edifício que reúna as mesmas condições que o edifício do Tribunal, para ser considerado um edifício icónico, contudo, haverá pessoas na sala que poderão ter uma opinião mais técnica, não obstante, disse que mantinha a sua opinião, que é apenas uma consideração pessoal.-----

----- Relativamente à Associação a “Beleza das Pequenas Coisas” referiu que o espaço estava muito bem organizado e ressaltou que foi este Executivo Municipal o primeiro que apoiou verdadeiramente este projeto, quer ao nível da realização das obras, que apesar de ser muito importante não são o seu principal objetivo. Salientou que a verdadeira diferença no apoio que o atual Executivo deu, foi apoiar o projeto “Somos todos um Rio”, lançado no Dia Mundial do Teatro, projeto este que pretende levar a todo

o concelho de Rio Maior a atividade cultural, descentralizando-a da cidade, o que aliás também tem sido apanágio deste Executivo.-----

----- Sobre as placas toponímicas informou o Vereador Daniel Pinto que não existe a obrigatoriedade temporalmente definida para a substituição das pedras, não obstante, todas as placas que vão ficando degradadas serão substituídas por placas de alumínio, um material com uma maior durabilidade e com proteção UV, acrescentando que essas placas, para além do brasão da Câmara Municipal, terão também o brasão da respetiva Freguesia.-----

----- Agradeceu à Vereadora Ana Filomena Figueiredo a informação que deu sobre a desfiliação do CDS-PP. -----

----- Finalizou a intervenção reportando-se à Rota dos Candeeiros e referiu que o município de Rio Maior esteve muito bem, mas depois Porto de Mós, no acompanhamento do projeto, está a falhar e tem que haver essa preocupação porque é a oferta de um produto conjunto. Disse discordar da afirmação de que um peregrino quer chegar o mais depressa possível a Fátima, porque se assim for, nunca irá fazer a Rota dos Candeeiros que não é o caminho mais curto, nem o mais fácil, portanto, esta será uma rota alternativa, com outras vantagens no seu percurso e também outros *handicaps*. Elogiou o projeto que deverá continuar a ser melhorado, referindo que Rio Maior recebe peregrinos desde sempre, afirmando que ver Rio Maior incluído nos Caminhos de Fátima, através da Rota dos Candeeiros, significa muito, quer a nível turístico, quer a nível da divulgação geral do concelho.-----

----- **VEREADOR MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por se dirigir ao Vereador Daniel Pinto e informou, como já fizera recentemente, que o processo do cartoon ainda não está a avançar.-----

----- Seguidamente dirigiu-se à Vereadora Ana Filomena Figueiredo e agradeceu-lhe todos os anos que representou o partido CDS-PP, assim como todo o trabalho desenvolvido em prol do partido e do concelho. Agradeceu-lhe em nome pessoal e em nome do CDS-PP, desejando-lhe tudo de bom.-----

----- Ainda sobre a Rota dos Caminhos de Fátima e sobre as críticas que fez, referiu que embora o percurso esteja marcado vai continuar a ser melhorado o que é um objetivo desta Câmara Municipal. Também considera que nem todos os peregrinos querem chegar a Fátima o mais rapidamente possível, pelo contrário, existem muitos que procuram o percurso mais seguro e que permita o contacto com a natureza, sendo que este percurso promove também o conhecimento das diversas localidades, tentando também promover a sua dinamização económica.-----

----- Aditou que o percurso era de cerca de cinquenta quilómetros, contudo a Câmara

Municipal de Porto Mós realizou algumas alterações, dado tratar-se de um projeto conjunto, passando assim para um pouco mais de sessenta quilómetros.-----

----- Finalizou a intervenção referindo ser com alguma estranheza, embora com agrado, que recebia as críticas da Vereadora Ana Filomena Figueiredo porque apesar de ter sido o responsável, em conjunto com a sua equipa, por toda a implementação do projeto no terreno, mas foi ainda a Vereadora Ana Filomena Figueiredo que o marcou, daí não esperar estas opiniões. Deu ainda conhecimento que assim que o percurso foi marcado, fora a primeira pessoa a fazê-lo, também outras pessoas já o fizeram e tem corrido bem, contudo, não poderia deixar de dizer que vai a Fátima anualmente e preparam sempre o percurso antes o fazer, até porque de noite é perigoso. -----

----- Finalizou a intervenção afirmando ainda que o município disponibiliza informação diversa quer no site do município, também no Posto de Turismo e ainda disponibiliza folhetos informativos.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- De novo no uso da palavra esclareceu que era com agrado que via este projeto materializado, não sendo sua intenção fazer críticas destrutivas só por fazer, mas o que dissera fora baseado na sua experiência, afirmando que o Senhor Vereador não o entendera assim, mas todos aprendem. Disse ainda que, também não era de todo descabido, a qualquer ser humano, que ao iniciar um processo, e isto já aconteceu a todos, perceber que há determinadas coisas que precisam de ser melhoradas ou retificadas, e, assumi-lo, não é sinal de fraqueza ou incompetência, antes pelo contrário.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Solicitou a todos Vereadores o favor de prepararem as respetivas intervenções, para que sejam feitas de uma só vez, dado que existem figuras regimentais que permitem voltar a usar da palavra, caso se justifique.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE SETEMBRO.** -----

----- **PONTO I - DESPACHO N.º 31/2021 – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE PAGAMENTO DAS FATURAS DE ÁGUAS EMITIDAS NO MÊS DE MARÇO E DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS RELATIVOS A JUROS DE MORA E CUSTAS DE PROCESSOS JÁ PAGOS.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho n.º 31/2021, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara no dia 20 de maio de 2021, pelo qual se determinou o seguinte: -----

----- 1. que o pagamento das faturas de fornecimento de água emitidas no mês de

março de 2021, referentes ao processamento do mês de fevereiro de 2021, possam ser pagas na tesouraria da Câmara Municipal, até ao próximo dia 30 de maio, não havendo lugar ao pagamento de juros de mora, taxa de justiça e despesas do processo; -----

----- 2. que os valores pagos a título de juros de mora e custas de processo entretanto pagos sejam devolvidos aos consumidores que, entretanto, procederam ao seu pagamento em sede de execução fiscal e que constam da lista que constitui a presente proposta. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- **PONTO II – ANULAÇÃO DE DÍVIDA RELATIVA AOS SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA- REFEIÇÕES E ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA E RESPETIVO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, proceder à anulação da dívida relativa aos Serviços de Apoio à Família no valor total de € 22,56 (vinte dois euros e cinquenta e seis cêntimos), sendo que: -----

----- a) O valor de €2,92 é relativo ao aluno Leonardo José Oliveira da Silva, referente às faturas nºs E2020/4346 e E2021/106 de €1,46 cada; -----

----- b) O valor de €19,64 é relativo ao aluno Carlos Gabriel Oliveira da Silva, referente as faturas nºs E 2018/4812 e E 2018/5118 de €8,36 cada e E2020/4400 e E 2021/162 de 1,46 cada. -----

----- A anulação do processo de execução fiscal - custas e juros de mora. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- **PONTO III – COMPARTICIPAÇÕES FAMILIARES PARA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR. ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA – ANO LETIVO 2021/2022.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, no âmbito das atribuições do Município no domínio da Educação e Ação Social, aprovar a comparticipação familiar para o ano letivo 2021/2022, conforme tabela apresentada e que se mantém inalterada relativamente ao ano letivo transato (2020/2021). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO IV – AQUISIÇÃO DE FRUTAS, PRODUTOS HORTÍCOLAS E BANANAS PARA O ANO LETIVO 2021/2022.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação emitida pela Subunidade Administrativa de Educação e respetivo parecer da Senhora Chefe de Divisão da Unidade Ação Social, Saúde e Educação, autorizar a abertura do procedimento por ajuste direto para a aquisição de frutas, produtos hortícolas e bananas para o ano letivo 2021/2022, para os estabelecimentos de ensino do pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, no valor total de €10 262,40, (dez mil duzentos e sessenta e dois euro e quarenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Aprovar as peças de procedimento; -----

----- Designar a técnica superior Ana Isabel Peres Alexandre, gestora do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO V - AQUISIÇÃO DE LEITE ESCOLAR E PRODUTOS LÁCTEOS PARA O ANO LETIVO 2021/2022** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a abertura do procedimento por Consulta Prévia para a aquisição de leite escolar e produtos lácteos, para o ano letivo 2021/2022, para os estabelecimentos de ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, pelo preço base de €26 500,77 (vinte e seis mil e quinhentos euros e setenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Aprovar as peças do procedimento; -----

----- Designar gestora do contrato a técnica superior Ana Isabel Peres Alexandre, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- O Vereador **Miguel Filipe da Silva Santos**, ausentou-se da sala por estar impedido de votar. -----

----- **PONTO VI - ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO, NO ÂMBITO DO ACORDO QUADRO N.º 04/2020, CELEBRADO NA SEQUÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2020/CCE PARA AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES (ALMOÇOS, LANCHES E PEQUENOS ALMOÇOS);** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação emitida pela Subunidade Administrativa de Educação e respetivo parecer da Senhor a Chefe de Divisão da Unidade Ação Social, Saúde e Educação; -----

----- Abertura de procedimento de ajuste direto, nos termos do artigo 258.º do Código dos Contratos Públicos, estabelecendo se, o limite máximo de despesa o montante de € 554 245,42 (quinhentos e cinquenta e quatro mil duzentos e quarenta e cinco euros e quarenta e dois cêntimos) cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Aprovação das peças do procedimento, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do CCP;

----- Que seja convidado a apresentar proposta o Consórcio constituído pelas empresas GERTAL – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A. e SOCIGESTE – Serviços, Indústria e Comércio de Refeições, Lda. -----

----- Nos termos do disposto no artigo 290.º A do CCP, designar a Coordenadora Técnica da SAE, Ana Piedade, como gestor a do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio para dizer que iria explanar uma ideia sobre a metodologia de aquisição das refeições escolares, através de concurso, que tem como critério de seleção o valor mais baixo de custo de aquisição, e muitas vezes, em termos de qualidade de refeição, do ponto de vista de nutrição, não tem a máxima qualidade, no entanto, considerava que a Câmara Municipal tem feito um esforço de acompanhamento das refeições com equipas multidisciplinares, nomeadamente com nutricionistas, que vão acompanhando, por forma a garantir que a Câmara Municipal, preste um bom serviço alimentar. -----

----- Referiu que haviam outras questões relacionadas com a sustentabilidade económica, social, ambiental e agrícola, porque as empresas que prestam estes serviços, para conseguirem ganhar os concursos, têm de adquirir os produtos a baixo preço e muitas vezes o baixo preço não está nos produtores e fornecedores locais, mas sim, nos fornecedores internacionais, sendo esta a questão da sustentabilidade e é um ponto de discussão global. Disse ainda que algumas Câmaras Municipais já estão a explorar outros caminhos, e voltar ao ancestral, porque houve um tempo em que as Câmaras Municipal faziam uma gestão direta, com a contratação dos profissionais e a aquisição das matérias primas alimentares e a confeção, o que nos dias de hoje já não acontece. Questionou o Executivo se estavam a caminhar no sentido mais correto, porque multiplicando esta situação por milhões de refeições servidas em Portugal e noutros países, referindo-se aos fluxos de transportes e às questões ambientais, na redução da “pegada carbónica”. -----

----- Continuou, dizendo que antes de serem tomadas decisões, deveria haver uma

reflexão e análise conjunta, e uma comparação entre o “deve e o haver”, para se perceber se de facto faz sentido continuar desta forma, ou se, se poderia voltar à forma primordial de uma gestão direta de aquisição de matérias primas e de gestão de pessoal, mesmo com todas as dificuldades administrativas e processuais que eventualmente possa comportar. -----

----- Terminou dizendo que também tinha dúvidas sobre esta questão, no entanto, as dúvidas esclarecem-se com estudos de análise e com partilha de informação. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio dizendo que iria fazer referencia à sua experiencia enquanto encarregada de educação, Vereadora e docente. -----

----- Disse que era comum ouvir os jovens e as crianças dizerem que a comida das cantinas “não presta”. Disse que entendia que cada família, cada pessoa e cada comunidade tem os seus hábitos de confeção, e, por essa razão, por vezes existem algumas diferenças, até mesmo na educação do paladar. -----

----- Como Vereadora da Educação, disse que tivera a oportunidade de almoçar nas cantinas e a comida efetivamente não era igual à que se confeciona nas nossas casas, mas era perfeitamente aceitável e gostosa. -----

----- Como docente, presentemente tem frequentado o refeitório e congratulava a decisão da Direção do Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva, por ter facultado um espaço para os adultos poderem desfrutar a sua refeição num ambiente mais calmo, uma vez que o maior constrangimento de um adulto, ao almoçar no refeitório era precisamente o barulho, por isso, ainda se torna mais aprazível almoçar na escola. -----

----- Continuou reforçando mais uma vez, que as refeições servidas no refeitório são agradáveis e que nunca tinha posto de parte nenhum prato, por isso entende que estes novos procedimentos, que já decorrem há largos anos, por parte da Câmara Municipal, de acompanhar a confeção e a capitação, têm surtido efeito, porque por vezes os jovens vêm mal-habitados de casa. -----

----- Terminou dizendo que muitas vezes concordava com as opiniões do Vereador Daniel Pinto, mas nesta questão das refeições, não concordava. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para responder às questões colocadas, dizendo que discordava com algumas opiniões do Vereador Daniel Pinto, no entanto percebia o fundo da intervenção.

----- Disse que de facto outrora a comida das cantinas era feita de forma direta, com a aquisição dos produtos alimentares no mercado e confecionada nas cantinas, e, nem por isso, a comida tinha mais qualidade. -----

----- Continuou dizendo que hoje, em termos de segurança e adequação alimentar as

crianças estão muito mais protegidas, e regressar ao antigamente não lhes trazia mais vantagens, porque o controlo das refeições era muito precário, hoje existe uma nutricionista que faz o acompanhamento diário às refeições servidas nas escolas, e também a definição das ementas que é feita em conjunto com a empresa fornecedora, tem de cumprir os parâmetros de qualidade e quantidade, adequados à faixa etária, e, por isso garante uma alimentação equilibrada às crianças. -----

----- Referiu ainda que a legislação atual obriga a que os cadernos de encargos forcem as empresas prestadores de serviços, para que grande parte dos produtos sejam adquiridos a nível nacional e que respeitem determinadas técnicas de produção. -----

----- Disse que também a despesa anual da Câmara Municipal de quinhentos e cinquenta e quatro mil euros, não tem outra forma de ser feita, respeitando o CCP (Código dos Contratos Públicos), pelos moldes em que é feita, razão pela qual existe o caderno de encargos. -----

----- Disse que respeitava a opinião do Vereador Daniel Pinto, no entanto era uma impossibilidade prática, e daquilo que é autorizado a uma autarquia fazer, resta munir a Câmara Municipal, dos melhores técnicos para garantir que as crianças têm a melhor refeição possível. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- O Vereador **Miguel Filipe da Silva Santos**, regressou à sala de Reuniões de Câmara. -----

----- **PONTO VII - APOIO FINANCEIRO | ASSOCIAÇÃO FÍSICO CULTURAL DA RIBEIRA DE S. JOÃO.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto, conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, atribuir um apoio financeiro à Associação Físico Cultural da Ribeira de São João, no montante de € 36.577,85 (trinta e seis mil quinhentos e setenta e sete euros e oitenta e cinco cêntimos), para a concretização de obras no Centro Cívico Marcolino Nobre, tendo em conta a necessidade comprovada e o manifesto interesse público que representa o melhoramento deste espaço para o desenvolvimento em pleno da prática desportiva nas modalidades realizadas no espaço a intervencionar. -----

----- Continuou, fazendo alguns agradecimentos, nomeadamente à ASFIC (Associação Físico Cultural da Ribeira de S. João), que na sua atividade se disponibilizou a ser parceira do Município bem como na requalificação do imóvel, agradeceu também ao Chefe de Divisão e à sua equipa que fizeram todo o enquadramento e acompanhamento da obra, e ainda um agradecimento à Vereadora Vera Simões, que com o seu trabalho também ajudou na concretização deste projeto. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES** -----

----- Interveio parabenizando todos os envolvidos, dizendo que o apoio do PRID, (Programa de Reabilitação de Infraestruturas Desportivas) é um programa nacional, e que muito se orgulhava de Rio Maior ter concorrido e ter sido contemplada. -----

----- Disse ainda que iria deixar uma declaração de princípios que se transcreve na integra: “Eu sou totalmente a favor de todos os apoios que possam ser dados a todas as Associações do nosso Concelho naturalmente, pelo impacto e pelo trabalho que elas desenvolvem naquilo que é a nossa comunidade”. -----

----- Continuou dizendo que também fazia parte da Ordem de Trabalhos desta reunião o apoio à Cruz Vermelha, Associação de Arroquelas, Associação de Arruda dos Pisões e ao Grupo de Amigos da Vila da Marmeleira, referindo que os apoios eram fundamentais, no entanto, questionou o Executivo, pelo facto de em todas as reuniões haver sempre pedidos de apoio, opinando que os mesmos deveriam ser planeados de início quando se fazem os apoios às Associações, contudo, referiu que eventualmente poderia haver algum procedimento que desconhecia, e, por isso, não perceber tão bem o facto dos pedidos de apoio não serem dados todos de início. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou a sua intervenção parabenizando a Associação, pelo facto de ter mostrado dinâmica e de se ter candidatado a este apoio de recuperação. Disse que não interessava se tinha sido apoiada pela Câmara Municipal ou com a ajuda da Vereadora Vera Simões, que pelo cargo que ocupa, se disponibilizou para ajudar, na medida do possível. Disse que a Câmara Municipal também está sempre disponível para apoiar as Associações, no entanto, para esta Associação deu um passo maior. -----

----- Continuou dizendo que não a chocava este apoio da Câmara Municipal, antes pelo contrário, e que devia servir de exemplo para outras Associações. -----

----- Para finalizar disse que o seu constrangimento, se devia ao facto de subscrever na integra a intervenção da Vereadora Vera Simões, relativamente aos apoios avulsos e sucessivos que se têm dado às mesmas Associações, acrescentando que também tinha as mesmas dúvidas da Vereadora Vera Simões. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para esclarecer as questões colocadas, dizendo que a Vila da Marmeleira pertence a uma União de Freguesias, sendo uma localidade que tem o associativismo mais ativo. Disse que a Câmara Municipal tem feito um acompanhamento a todas as Associações do Concelho e os “Os Amigos da Marmeleira” e a “Casa do Povo da Vila da Marmeleira”, são Associações que já foram apoiadas pela Câmara Municipal no passado, e iriam, seguramente, ser apoiadas no futuro. -----

-----Disse, que o apoio que vinha a esta reunião de Câmara era para a “Associação

Amigos da Marmeleira”, que no ano passado já tinha recebido um apoio que se reverteu numa requalificação imprescindível e magnífica das piscinas, do espaço envolvente e balneários, bem como em toda a adaptação necessária devido ao Covid, e, neste sentido, a Câmara Municipal ajudou a dinamizar um espaço que já sendo bastante nobre, carecia de uma intervenção urgente. -----

----- Continuou dizendo que o Executivo tem feito um acompanhamento de todos os apoios dados, salientando que nos últimos anos e já durante a sua presidência, a Câmara Municipal tem conseguido reunir condições para não recusar nenhum pedido de apoio. -----

----- Relativamente ao Regulamento existente, estão definidos os subsídios à atividade das Associações, no entanto, e relativamente à opinião das Senhoras Vereadoras, as obras pontuais das Associações, na prática não são tão lineares, porque muitas vezes as obras de requalificação nem sempre permitem uma planificação no início do ano. ---

----- Aditou que existem situação de obras ou materiais que se degradaram e necessitam de uma intervenção imediata, também há situações que são repartidas em termos de despesa, entre a Câmara Municipal e a própria Associação, e por isso, é necessário encontrar o momento certo para esse investimento ser feito. Existem ainda outras situações em que as Associações estão à espera de realizar algum capital para posteriormente solicitarem à Câmara Municipal um apoio de determinado valor, para poderem realizar as obras necessárias. -----

----- Disse que a Câmara Municipal não tem nenhum projeto em espera para poder apoiar as Associações, razão pela qual se orgulha de não ter sido rejeitado nenhum pedido de apoio. Acrescentou que este era um trabalho contínuo, porque em muitas localidades do Concelho de Rio Maior, a Associação é o primeiro polo de cidadania e de congregação da comunidade. -----

----- Terminou dizendo que se vergava perante todos aqueles que de forma abnegada vão mantendo as Associações e desde que a Câmara Municipal mantenha a “saúde” financeira que tem tido, todos os pedidos serão despachados favoravelmente. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VIII - APOIO FINANCEIRO | “CRUZ VERMELHA PORTUGUESA | DELEGAÇÃO DE RIO MAIOR”**. -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, atribuir um apoio financeiro à “Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Rio Maior”, no montante de € 10.000 (dez mil euros) para a aquisição de viatura. Tendo em conta a necessidade comprovada e o manifesto interesse público e comunitário que representa a aquisição desta viatura para os utentes da instituição e para o concelho de Rio Maior. -----

----- Ainda sobre este assunto salientou que a “Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Rio Maior”, tem prestado um serviço de notoriedade junto dos Riomaiorenses, no entanto, na sua origem, sofreu de graves avanços e retrocessos, mas, finalmente estabilizou e tem tido um crescimento notável no serviço que presta, na ligação que tem com a Câmara Municipal, quer a nível associativo, quer a nível operacional, no âmbito da Proteção Civil e em qualquer outro situação que seja solicitada, são incansáveis. ---

----- Em termos de parque de viaturas disse que lhes falta uma viatura que possa fazer o acompanhamento a eventos fora de estrada, nomeadamente no apoio aos “peregrinos”, e também no apoio aos postos de comando no teatro de operações, em incêndios e outros eventos, sendo esta a razão pela qual a Cruz Vermelha pretende adquirir uma viatura que possa fazer este tipo de acompanhamento. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IX – EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DAS ESCOLAS BÁSICAS INTEGRADAS DO CONCELHO – LOTE 1: E.B.I. MARINHAS DO SAL; LOTE 2: E.B.I. FERNANDO CASIMIRO PEREIRA DA SILVA – PROCESSO N.º 30/2021/CP.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é:-----

----- 1. Aprovar o Relatório Final, emitido pelo Júri do Procedimento em 14 de maio de 2021, em cumprimento do disposto no art. 148.º do Código dos Contratos Públicos e, consequentemente, adjudicar a referida empreitada ao concorrente Construbel – Engenharia, Lda., nos seguintes termos: -----

----- Lote 1 – E.B.I. Marinhas do Sal, pelo montante de € 564 162,67 (quinhentos e sessenta e quatro mil cento e sessenta e dois euros e sessenta e sete cêntimos), acrescido do montante referente ao imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor;-----

----- Lote 2 – E.B.I. Fernando Casimiro Pereira da Silva, pelo montante de € 868 073,18 (oitocentos e sessenta e oito mil e setenta e três euros e dezoito cêntimos), acrescido do montante referente ao imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor. 2.

Que os termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário seja notificado para: -----

----- a) No prazo de 5 dias a contar da data da notificação da adjudicação apresentar os documentos de habilitação, fixados no artigo 26.º do Programa de procedimento; ---

----- b) No prazo de 10 dias a contar da data da notificação da adjudicação: -----

----- i. Prestar uma caução no montante de € 28 208,13 (vinte e oito mil duzentos e oito euros e treze cêntimos), referente a 5% do valor total da adjudicação do Lote 1 (um); --

----- ii. Prestar uma caução no montante de € 43 403,66 (quarenta e três mil

quatrocentos e três euros e sessenta e seis cêntimos), referente a 5% do valor total da adjudicação do Lote 2 (dois); -----

----- iii. Confirmar, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada; -----

----- 3. A aprovação das minutas dos contratos nos termos proposto. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO X – EMPREITADA “AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO ESCOLAR DE ASSEICEIRA” - PROCESSO Nº 10/2017/CP LIBERAÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO – GARANTIA BANCÁRIA E DEPÓSITOS EM DINHEIRO.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a liberação parcial da caução no valor total de € 20 000,89 (vinte mil euros e oitenta e nove cêntimos), correspondente a 75% do total da caução apresentada pela empresa Gil Azoia – Construções, Lda, no âmbito da empreitada “Ampliação do Edifício Escolar de Asseiceira”, designadamente: -----

----- Liberação da Garantia Bancária n.º 272/2017-S, emitida pelo Banco BIC Português, S. A., datada de 31/05/2017, no valor de € 13 147,49, (treze mil, cento e quarente e sete euros e quarenta e nove cêntimos); -----

----- Liberação parcial da caução depositada no Banco CGD, no valor de € 6 863,40, (seis mil, oitocentos e sessenta e três euros e quarenta cêntimos), através de um precatório-cheque. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XI - INICIO DE PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REGULAMENTO DE ESPETÁCULOS DE NATUREZA ARTÍSTICA.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Academia de Música de Alcobaça (AMA), que tem como objeto o apoio financeiro a uma turma de ensino especializado de música de 5.º ano/1.º grau, no Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal, no ano letivo 2020/2021 no montante global de 22 800€ (vinte e dois mil e oitocentos euros), correspondente a um custo de 1200€ (mil e duzentos euros) por aluno(a), num total de dezanove alunos(as).- -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 31 DE MAIO DE 2021

----- Interveio para reforçar o seu pensamento sobre a iniciativa da Câmara Municipal, recordando que há cerca de seis anos tiveram a felicidade de votar pela primeira vez este apoio, quando o concelho de Rio Maior estava a iniciar este caminho e a Câmara Municipal tomou esta decisão, arriscada e corajosa, porque se podem confrontar posições políticas, doutrinárias, de justiça e de equilíbrio orçamental. Disse que a Câmara Municipal tinha semeado para colher mais tarde e os frutos já existem o que significa que todos os anos tem existido uma dinâmica de procura de alunos e famílias, para esta caminho de valorização do ensino artístico. -----

----- Parabenizou todos pelas decisões tomadas, no entanto existe um conjunto de responsabilidades do Ministério da Educação e da Câmara Municipal de Rio Maior, sendo certo que, cada vez mais, as Câmaras assumem uma liderança forte em muitas áreas de intervenção sendo esta uma delas, por isso, terá de ser a Câmara Municipal a liderar o investimento na área da educação e a tomar decisões de políticas públicas, salvaguardando sempre os professores e as Direções. -----

----- Disse ainda que as Câmaras Municipais em sede da Associação Nacional de Municípios, deveriam pressionar a Administração Central, porque esta é uma responsabilidade que financeiramente deveria ser assumida pela Administração Central. -----

----- Referiu que o Vereador Figueiredo, que foi sempre um grande apologista da cultura, das artes e espetáculos, votou contra este ponto, porque entendia que deveria ser a Administração Central a assumir estes encargos. Disse que analisava o ponto numa lógica mais pragmática, considerando que era preferível a Câmara Municipal semear para colher mais tarde. -----

----- Solicitou que lhe fosse enviado por escrito o montante total de investimento que a Câmara já colocou nesta opção de ensino artístico articulado. -----

----- Para finalizar lembrou também que existe toda uma área de trabalho, de inovação, criatividade e integração de conteúdos e identidades que ainda não foi totalmente explorado, dando como exemplo a ligação da Escola das Marinhas do Sal ao novo espaço “a Beleza das Pequenas Coisas” e às Bandas da Vila da Marmeleira e de São Sebastião, bem como à Associação Cultural do Concelho de Rio Maior. Disse ainda que este era um trabalho que deveria ser liderado pela Câmara Municipal. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para dizer que discordava de algumas opiniões do Vereador Daniel Pinto, e referiu que no dia em que a Câmara Municipal passasse a definir os programas pedagógicos das Escolas, deixaria de ser Presidente de Câmara, porque discorda na integra que as Câmaras Municipais possam intervir naquilo que deve ser a definição pedagógica e que garanta a universalidade do ensino. -----

----- Referiu ainda que as aproximações do Vereador Daniel Pinto ao saudoso e amigo Vereador Figueiredo o preocupavam e disse que existiam diferenças ideológicas que eram saudáveis, no entanto, fazia parte do grupo daqueles que desejam que a sociedade se autorregule, se auto movimente e se auto possa impelir a novas conquistas, portanto essa opinião de que a Câmara Municipal, deve controlar, comandar, incentivar e coordenar tudo, disse que essa visão não lhe agradava de forma nenhuma. -----

----- Para terminar disse ainda que concordava que a Câmara Municipal deve ter um papel dinamizador, e, em conjunto com as diversas entidades procurar as melhores soluções, no entanto, coordenar de forma tão veemente e definir o destino dos alunos, não lhe parecia correto. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XII - REVISÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DOS RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS;** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a Revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas; -----

----- Remeter o documento referido ao Conselho de Prevenção da Corrupção e aos órgãos de superintendência e tutela, bem como a sua publicitação na página eletrónica do Município. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XIII - ELEIÇÃO PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA | 6 DE OUTUBRO 2019 | TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação emitida, autorizar a transferência de verbas para as Juntas de Freguesia no montante de 755,14€ (setecentos e cinquenta e cinco euros e catorze cêntimos), conforme mapa remetido pela SGMAI – Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XIV – REABILITAÇÃO DE VIAS EM TODO O CONCELHO | SEGURO CAUÇÃO**

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a substituição de

retenção de 5% do valor dos pagamentos a efetuar, pelo seguro-caução n.º 21-00000027-003, no valor de € 32 390,93 (trinta e dois mil trezentos e noventa euros e noventa e três cêntimos), emitido pela companhia de seguros “Abarca Companhia de Seguros S.A.”, nos termos da informação 11/UPGF/VN, de 21/05/2021 e respetivos despachos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XV - ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS POR TEMPO INDETERMINADO | OCUPAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO DO MAPA DE PESSOAL DO ANO DE 2021**-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação emitida, e de acordo com as informações emitidas pelos dirigentes das respetivas Unidades Orgânicas, que se juntam, conforme disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, autorizar abertura de procedimentos concursais por tempo indeterminado, ao abrigo do n.º 4 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, com vista à ocupação de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal aprovado, que possam concorrer trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, e que o prazo para apresentação de candidaturas seja de 10 dias uteis. -----

----- Deliberar ainda que seja realizada Entrevista Profissional de Seleção aos candidatos, como método de seleção complementar, para os seguintes postos de trabalho: -----

----- 1 Técnico Superior – UDCT -Unidade Desporto, Cultura e Turismo; -----

----- 1 Técnico Superior – UJCP – Unidade Jurídica e Contratação Pública; -----

----- 1 Técnico Superior – UPGF- Unidade de Planeamento e Gestão Financeira; -----

----- 1 Técnico Superior – UPGU – Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística; ----

----- 2 Assistentes Técnicos- UDCT - Unidade Desporto, Cultura e Turismo; -----

----- 1 Assistente Técnico – UARH – Unidade Administrativa e Recursos Humanos; ----

----- 8 Assistentes Operacionais – UOPEI – Unidade Obras Públicas, Equipamentos e Infraestruturas; -----

----- 5 Assistentes Operacionais – UASSE – Unidade de Ação Social, Saúde e Educação (Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio dizendo que acompanhava o pensamento do Presidente da Câmara,

sobre ser um momento feliz de contratação, de novas responsabilidades, de novas áreas de desenvolvimento que a Câmara está a procurar dinamizar com o reforço das equipas e a capacitar melhor as áreas de trabalho. -----

----- Continuou dizendo que estas contratações, contrariam as notícias da comunicação social de que existem Funcionários Públicos a mais, no entanto, quando se vai analisar e escarpelizar, percebe-se que os serviços estão deficitários, parabenizando a Câmara Municipal por esta iniciativa. -----

----- Sobre as propostas de contratação que estão identificadas e que tinha tido oportunidade de analisar, disse que discordava do caminho que a Câmara Municipal está a tomar, relativamente à Casa Senhorial Dom Miguel, transformando-a no museu de Rio Maior, e tinha dúvidas que aquele espaço reúna as condições para ser um Museu Municipal digno desse nome. Disse ainda que se tinha perdido o espaço da Galeria de Exposições, sendo certo que existem outros, como a Biblioteca Municipal e o Cineteatro, no entanto, não existe propriamente uma Galeria Municipal que receba exposições, e a Casa Senhorial Dom Miguel representa esse espaço de Galeria e de exposições. -----

----- Terminou a intervenção referindo que um espaço digno de Museu Municipal deveria ser pensado e analisado com ousadia e ambição. Disse ainda que via como boa análise a questão da “Vila Romana” e da sua expansão e ainda todos esses núcleos museológicos, parabenizando a Câmara Municipal. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio dizendo que o Vereador Daniel Pinto, apresentou a proposta de transformar a “Casa Senhorial”, num museu e seguidamente é contra essa opção. -----

----- Continuou referindo que nunca tinha dito que se iria instalar “O Museu de Rio Maior” na Casa Senhorial, no entanto, neste momento, este é o único espaço museológico que existe. -----

----- Opinou que a Casa Senhorial Rei Dom Miguel, não reúne condições para se instalar ali “O Museu de Rio Maior”, e era totalmente contra a existência de um edifício dedicado a Galeria Municipal, porque, na sua opinião os espaços de exposição devem ter outras valências e não se destinarem unicamente a esse fim, devendo conjugar diferentes públicos, sendo este o caso de quem vai ao Cineteatro poder usufruir também de uma exposição. -----

----- Terminou dizendo que era totalmente contra ter uma Galeria Municipal, para estar fechada trezentos dias por ano e aberta sessenta e cinco. Disse também que era totalmente contra a dedicação exclusiva dos edifícios, opinando que era um mau emprego de dinheiros públicos. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XVI - APOIO FINANCEIRO | ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE**

ARROUQUELAS. -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, atribuir de um apoio financeiro à ARCA – Associação Recreativa e Cultural de Arroquelas, no montante de € 5.000 (cinco mil euros) para a concretização das obras de beneficiação do recinto de festas da associação, tendo em conta a necessidade comprovada e o manifesto interesse público que representa a dinamização deste espaço para a população de Arroquelas, bem como de todo o Concelho. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XVII – APOIO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS – ASSOCIAÇÃO DE FESTAS DE ARRUDA DOA PISÕES** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, atribuir de um apoio financeiro à Associação de Festas de Arruda dos Pisões, no montante de € 3.000 (três mil euros) para a aquisição de equipamentos. Tendo em conta a necessidade comprovada e o manifesto interesse público que representa o melhoramento deste espaço para o desenvolvimento da atividade física e da saúde. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XVIII – APOIO FINANCEIRO |GRUPO DE AMIGOS DA VILA DA MARMELEIRA** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, atribuir de um apoio financeiro ao Grupo de Amigos da Vila da Marmeleira, no montante de € 5.000 (cinco mil euros) para a conclusão das obras de requalificação da associação, tendo em conta a necessidade comprovada e o manifesto interesse público que representa a dinamização deste espaço para a população da Vila da Marmeleira, bem como de todo o Concelho. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XIX– DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020 |CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos do disposto na

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 31 DE MAIO DE 2021

alínea i) do n.º1 do artigo 33.º e da alínea l) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e nº 1 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, aprovar e enviar à Assembleia Municipal para apreciação e votação, os documentos de Prestação de Contas do Exercício 2020, integralmente elaborados nos termos do Decreto-Lei 192/2015, de 11/09 – Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades Publicas (SNC –AP), e que englobam: -----

----- Relatório de Gestão; -----

----- Demonstrações Financeiras: Balanço, Demonstração de Resultados por Natureza, Fluxos de Caixa, Alterações ao Património Líquido, Mapa de Empréstimos e Anexo à DF; -----

----- Demonstrações Orçamentais; Demonstração do Desempenho Orçamental, Demonstração de Execução Orçamental da Receita e da Despesa, Demonstração da Execução do PPI e AMR, Dívidas a Terceiros Antiquidade dos Saldos. -----

----- Documentos de Suporte. -----

----- Conforme determina o ponto 4.1 das Notas Técnicas da Instrução nº 1/2019, do Tribunal de Contas, identificam-se, ainda, os factos mais importantes constantes dos documentos de prestação de contas: -----

----- **Balanço:** -----

----- Total do Ativo – 98.086.000,58€ -----

----- Património Líquido – 87.823.142,44€ -----

----- Passivo – 10.262.858,14€ -----

----- **Rendimentos e Gastos (DR)** -----

----- Rendimentos – 21.270.826,94€ -----

----- Gastos – 20.757.558,62€ -----

----- Resultado Líquido – 513.268,32€ -----

----- **Recebimento e Pagamentos (DFC):** -----

----- Recebimentos: -----

----- Operações Orçamentais – 22.079.642,48€ -----

----- Operações Tesouraria – 113.181,45€ -----

----- Pagamentos -----

----- Operações Orçamentais – 20.595.451,27€ -----

----- Operações Tesouraria – 123.353,81€ -----

----- **Desempenho orçamental (DDO):** -----

----- Recebimentos – 22.079.642,48€ -----

----- Pagamentos – 20.595.451,27€ -----

----- **Saldo Iniciais e Finais do Desempenho Orçamental:** -----

----- De Operações Orçamentais: -----

----- inicial – 2.639.346,88€ -----
----- Final – 4.123.538,09€ -----
----- De Operações de Tesouraria: -----
----- Inicial – 205.760,88€ -----
----- Final – 195.588,52€ -----
----- Mais delibere a aprovação da **Aplicação de Resultados do Exercício 2020**, nos seguintes termos: -----
----- Transferência do resultado líquido no montante de **513.268,32€** para a **Conta 56 Resultados Transitados**. -----
----- Ainda no uso da palavra e relativamente ao documento de Prestação de Contas 2020 elaborado nos termos do sistema de normalização contabilística referiu que o mesmo influi muito na vida diária das Autarquias e o resultado dos mapas que têm que ser preenchidos origina a que o documento tenha um grande volume. -----
----- Continuou com um agradecimento às técnicas que conseguiram concluir a tempo o referido documento, e fez uma ressalva pessoal e de reconhecimento à técnica Ana Tavares, enquanto funcionária desta Câmara, que trabalhou arduamente para poder ver cumprido um documento, que, apesar da grande experiência que tem em executá-lo, nestes moldes em particular, revelava-se de especial dificuldade conseguir apresentá-lo ao dia de hoje. Assim, com todas as imprecisões que ainda assim possa ter, só foi possível porque houve quem agarrasse este desafio e trabalhasse de noite e de dia para o poder apresentar nesta reunião de Câmara. Mais uma vez, agradeceu a todos os envolvidos na elaboração do documento e à Dr.^a Ana Tavares de uma forma muito particular por ter liderado todo o processo e ter conseguido concluir o documento em tempo útil. -----
-----Disse que em termos de introdução política e divisão política do documento, já tinha explanado o que sentia e pensava, portanto já todos conheciam a sua posição. -----
----- Terminou dizendo que acreditava que em conjunto tinha sido virada uma página do Município de Rio Maior que irá permitir fazer uma gestão inteligente, ponderada e correta sobre o serviço da dívida, e que, simultaneamente, não impeça de realizar investimentos, de ver progressos na Cidade e no Concelho de Rio Maior, e a prova disse, é que, mesmo com os investimentos que todos conhecem e que estão a ser feitos no Concelho e ainda com o grande aumento desses investimentos, este Executivo conseguiu reduzir o endividamento total em cerca de duzentos e cinquenta mil euros, por isso, é possível realizar investimento e fazer crescer a Cidade e o Concelho, e, ainda assim, não descambar nas contas e conseguirem continuar a apresentarem-se como um Município de contas certas, que muito trabalho representa, mas sobretudo que muito os honra. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO -----

----- Interveio dizendo que este era um ponto de relevância política, não era contabilística ou de auditoria nem de revisão de contas, dado que para isso existem os técnicos especializados e entidades externas que analisam, auditam e fiscalizam o cumprimento da Lei e todas as questões relacionadas com o sistema de contabilidade.-

----- Disse que a análise que faziam tinham a ver com as suas opções materializadas, para projetos muito concretos de desenvolvimento para o Concelho de Rio Maior e que não estavam ali refletidas. -----

----- Continuou dizendo que sendo este um documento financeiro, acreditava que haviam muitas ideias que deveriam ter sido feitas nos últimos anos, que não são dispendiosas e que Rio Maior não está a saber trabalhar, desenvolver e aproveitar. ----

----- Referiu que este era um documento de trabalho exigente e parabenizou toda a equipa da Câmara Municipal, que produziu este documento administrativo e contabilístico e de uma forma geral estender também esse agradecimento muito sentido a todos os trabalhadores da Câmara Municipal, que num ano tão difícil como foi o ano de dois mil e vinte, souberam organizar as suas áreas de trabalho. -----

----- Disse ainda que o que estava refletido no documento, os valores, as taxas de execução, todo o grau de execução, de atividades da despesa e da receita também refletem a entrega que todos tiveram à causa pública e ao desenvolvimento de Rio Maior. -----

----- Sobre a componente da organização dos recursos humanos e das unidades de trabalho da Câmara Municipal, existe uma barra crescente da área da Educação e Cultura, com a assunção de responsabilidades na educação bastante expressiva comparativamente a outras áreas da Câmara Municipal como as obras, cultura, turismo e outras, Disse que a área da educação ganha do ponto de vista da gestão das pessoas, sendo esta uma situação exigente, complexa e desafiadora numa organização, , referindo que também verificara que ao nível da formação profissional, apenas quinze por cento dos trabalhadores da Câmara Municipal realizou ações de formação profissional, apenas quarenta e cinco trabalhadores realizaram estas ações, e, num horizonte de trezentos trabalhadores é uma pequena percentagem. -----

----- Continuou referindo que para haver qualidade dos serviços públicos, também era necessário a entrega e motivação dos trabalhadores, sugerindo que a Câmara Municipal na gestão dos recursos humanos possa ter essa análise de melhorar a gestão das equipas ao nível da formação profissional e das qualificações. -----

----- Relativamente às áreas de intervenção, e nos mapas constantes no documento que se referem às principais áreas de intervenção e execução, é perceptível verificar que

estas áreas de intervenção e atuação, referem-se à habitação, saneamento, serviços culturais, transportes e comunicações, comércio, turismo e outras, dizendo que tinham um nível de execução muito considerável, em que o grau de execução das atividades mais relevantes é de 77,08 %, parabenizando a Câmara Municipal pelo nível de execução. -----

----- Continuou dizendo que no mapa de execução plurianual, haviam algumas áreas que o deixavam apreensivo, porque no concelho de Rio Maior, ainda existiam investimentos de infraestruturização básica por concretizar, nomeadamente na área do saneamento básico que aparece com uma taxa de execução de apenas 5% de concretização, acrescentando que este tipo de investimento não podia parar nestes capítulos. -----

----- Ainda no uso da palavra parabenizou toda a equipa da Câmara Municipal e deixou também uma palavra de solidariedade ao Executivo, no entanto, disse que também se sentia desgostoso e triste, enquanto riomaiorense, pelo facto de algumas ideias não avançarem, opinando que Rio Maior estava a perder oportunidades numa lógica de análise de desenvolvimento territorial em comparação com a região de influencia, entre o Oeste e o Ribatejo, onde outros concelhos, se encontram a trilhar outros caminhos e Rio Maior não está a conseguir prosseguir esse caminho de inovação e desenvolvimento.-----

----- Terminou a sua intervenção referindo que foi por esse motivo que se tinham manifestado contra o documento de Prestação de Contas porque entendiam que não reflete os seus pensamentos e ideias de projetos que acreditam e que consideram que são importantes para o Concelho de Rio Maior, não obstante, disse que se encontravam-se solidários com todo o trabalho que foi realizado, mas em consciência não poderiam votar a favor e por isso iriam votar contra. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção dirigindo-se ao Vereador Daniel Pinto, dizendo que as suas opiniões eram sempre bem-vindas, no entanto considerava que o Vereador tinha uma agenda própria, com determinados conjuntos de temas, que são uma minoria, comparativamente com todos os temas do Concelho, mas apresenta as suas ideias e muitas delas já foram utilizadas e isso era de louvar. -----

----- Continuou, referindo-se ao voto contra do documento de Prestação de Contas, dizendo que era um voto político e não um voto técnico, o que o deixava perplexo, uma vez que o Vereador Daniel Pinto tem votado favoravelmente cerca de 99% das propostas que o Executivo tem trazido para deliberação, ou seja concorda com as obras que têm sido executadas, por isso as votações de cerca de 99% a favor e que são o

espelho do Orçamento, daí que, na sua opinião não fazia sentido ter votado favoravelmente as propostas e agora votar contra a Prestação de Contas, porque também teria sido voto político ter votado contra as obras que se vão executando. -----

----- Finalizou a intervenção referindo que, com todo o respeito e amizade que tinha pelo Vereador Daniel Pinto, não pretendia fazer nenhuma crítica ao voto, no entanto, poderia ter seguido o caminho da abstenção, porque num ano de pandemia a Câmara Municipal tinha atividades que não pôde realizar, mas cumpriu a sua missão, no âmbito das suas competências. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- De novo no uso da palavra referiu que subscrevia a intervenção do Vereador Lopes Candoso, nomeadamente sobre a coerência política que deve ser manifestada desde o momento da tomada de posição, contudo defender-se só que as Associações devem ser apoiadas, que as estradas devem ser alcatroadas, que os alunos devem ter boa comida, que a água deve ser mais barata, assim como o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), e depois reprovar as Contas, na sua opinião, era alguma falta de coerência política. -----

----- Continuou dizendo que o Vereador Daniel Pinto, tinha propensão para alguns temas, e não lhe ficava mal dizer que houve muitas coisas que a Câmara Municipal executou bem, mas na intervenção que fez, disse tudo aquilo que a Câmara Municipal não fez, e como também referiu que a “Política era mesmo assim” provavelmente, será essa a razão pela qual, as pessoas de forma geral, têm uma opinião menos boa sobre os políticos. -----

----- Disse ainda que hoje era ele que desempenhava o cargo de Presidente da Câmara Municipal, no entanto, outros virão, e haverá sempre algo por fazer, dizendo que muito já foi feito e não ouviu o Vereador Daniel Pinto, mencionar em ponto nenhum, a clara aposta na rede viária do Concelho, o ano de Pandemia que se está a viver e as centenas de milhares de euros que a Câmara Municipal teve de investir no combate à Pandemia, com apoios dados a várias instituições, substituindo-se, na assunção de compromissos e competências que são responsabilidade do Governo Central. Disse que não foi só Rio Maior, mas também todos os outros Municípios, que, na fase inicial, nos primeiros quatro ou cinco meses estiveram unicamente a depender de si mesmos e só a partir daí o Governo foi fazendo um caminho de aprendizagem e crescimento. -----

----- Continuou dizendo que num dos anos mais difícil daquela que é a história recente Mundial, que se refletiu no País, na Região e consequentemente no Município, e mesmo assim, poder apresentar contas, com um grau de execução de receita de cerca de 86%, um grau de execução de despesa de cerca de 72% e execução de atividades mais relevantes, mesmo maniatados e fechados, de 77,88%, como um resultado líquido de

exercício, onde seria perfeitamente justificável haver um resultado negativo, no entanto, é positivo em meio milhão de euros.-----

----- Salientou que foi também reduzido o endividamento total de dívidas contraídas anteriormente, noutra mandato, no entanto é necessário dar continuidade à seriedade do Município de Rio Maior, e por isso o Município paga neste exercício duzentos e cinquenta e três mil euros, por escolhas, obviamente legítimas, que foram feitas na época e que têm de ser honradas. Assim, num ano de dificuldades o Município reduziu o endividamento. -----

----- Ainda no uso da palavra referiu que era injusto não ouvir, da parte dos Vereadores da oposição uma palavra de elogio relativamente ao exercício contabilístico de dois mil e vinte. -----

----- Sobre o sentido de voto e respeitando tudo aquilo que o Vereador referiu, disse que não concordava e não achava correto o voto contra nas Contas, porque acreditava que o voto contra no Orçamento tem legitimidade se não se concordar com as escolhas feitas. -----

----- Nas Contas e pese embora o Orçamento não reflita o que seriam as escolhas feitas pelos Vereadores, estas são resultantes do Orçamento que foi aprovado pelo Município, portanto, a menos que exista na Prestação de Contas algo que indique uma má organização do documento ou dados que não correspondam à verdade, então o sentido de voto correto deveria ser a abstenção. -----

----- Terminou dizendo que o Vereador Daniel Pinto, várias vezes referiu que Rio Maior, tem perdido muitas oportunidades e que outros Concelhos as têm agarrado, disse que tinha esperança que o Vereador tivesse a noção das oportunidades que Rio Maior tem agarrado e que outros Concelhos tem deixado escapar. Neste sentido aguardam o resultado dos Censos 2021, recenseamento da população e habitação, para se poder verificar quais os Concelhos que cresceram ou decresceram menos na Lezíria do Tejo, acrescentando que havia Concelhos limítrofes que iriam perder cerca de mil e quinhentos habitantes e Rio Maior também irá ter uma perda de cerca de noventa pessoas. Disse ainda que haviam Municípios da mesma dimensão que Rio Maior, que iriam perder mais de mil pessoas, o que, na sua opinião era assustador para a região. -

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria**, dos presentes, com cinco votos a favor e dois votos contra dos Vereadores, Daniel Pinto e Vera Simões, com Declaração de Voto do Vereador Daniel Pinto subscrita pela Vereadora Vera Simões. -----

----- **Declaração de Voto do Vereador Daniel Pinto**, que se transcreve na íntegra: ---

----- “Optamos pelo sentido de voto contra este documento de Prestação de Contas de 2020, porque entendemos, na generalidade que, felicitando o trabalho que todos os

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 31 DE MAIO DE 2021

funcionários e trabalhadores da Câmara Municipal realizaram, num ano difícil de pandemia, dois mil e vinte, consideramos ainda assim que a Câmara Municipal continua a não expressar, quer no documento de apresentação do Orçamento, quer no documento de Prestação de Contas, um conjunto de opções de ideias de investimento, de desenvolvimento para o nosso Concelho, que tenham como base fundamental as ideias da inovação e da criatividade, numa lógica de competitividade e estímulo à competitividade territorial e regional, face à geografia do nosso concelho de Rio Maior”.

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

-----**ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram treze horas e trinta minutos, o Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pelo Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____